

Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961

Nelson Rockefeller and the activities of the American International Association for Economic and Social Development: the debate concerning mission and imperialism in Brazil, 1946-1961

Claiton Marcio da Silva

Professor/Universidade Federal da Fronteira Sul.
Rua Francisco Dias Velho, 930D
89805-540 – Chapecó – SC – Brasil
claiton@uffs.edu.br

Recebido para publicação em maio de 2011.
Aprovado para publicação em junho de 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-597020130005000014>

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1695-1711.

Resumo

Analisa a bibliografia sobre Nelson Rockefeller e a atuação no Brasil da American International Association for Economic and Social Development. Expõe interpretações otimistas sobre as ações de Rockefeller e da agência, bem como a corrente de pensamento que o caracterizou como um dos principais representantes do imperialismo norte-americano, seja como representante político na década de 1960, seja como idealizador de atividades de interesse privado. Procura demonstrar que as ações individuais ou da agência coadunavam com as elites locais, que influenciavam o remodelamento e a operacionalização dos projetos de cooperação técnica.

Palavras-chave: Nelson Rockefeller (1908-1979); American International Association for Economic and Social Development; missão de cooperação técnica; imperialismo; Brasil-EUA.

Abstract

The article analyzes the bibliography on Nelson Rockefeller and the activities of the American International Association for Economic and Social Development in Brazil. It describes optimistic interpretations of Rockefeller's and the association's work, as well as the nationalist stream of thought, which characterized him as one of the chief representatives of U.S. imperialism, both as a political representative in the 1960s and as the mind behind endeavors of interest to the private sector. It is shown that at the individual and agency levels alike, these initiatives involved direct ties to the local elites, who influenced the reshaping and operationalization of technical cooperation projects.

Keywords: Nelson Rockefeller (1908-1979); American International Association for Economic and Social Development; imperialism; international cooperation mission; Brazil-United States.

O pequeno acervo bibliográfico que aborda as atividades da American International Association for Economic and Social Development (AIA, 1946-1968) no Brasil (Silva, 2009) conduz a diferentes abordagens, geralmente aliadas a Nelson Rockefeller, considerado o principal proponente dessa agência. A historiadora Darlene Rivas (2002) aponta que as interpretações das relações entre os EUA e a América Latina foram dominadas por explicações econômicas ou ‘materialistas’ desde a década de 1960. Alguns autores, dentro daquilo que Rivas chamaria de tradição liberal de estudos dessas relações, encontrariam na fundação da AIA um sentido ‘missionário’: ajudar os povos ‘subdesenvolvidos’ a encontrar-se com o desenvolvimento. Para outros, em uma perspectiva materialista/estruturalista também sugerida pela autora, essa agência estaria mais para um instrumento no complexo aparato imperialista norte-americano voltado para a dominação do que para uma agência missionária. Com a renovação dos estudos sobre as relações entre EUA e América Latina, principalmente no final da década de 1990, outros elementos foram sendo inseridos na discussão, favorecendo interpretações não localizadas apenas nos objetivos ‘ideológicos’ ou simplesmente econômicos das relações internacionais. Nessa perspectiva, destacam-se os livros da própria Rivas (2002) e de Elisabeth Cobbs (1988, 1992), que auxiliaram a renovação das abordagens.

As oposições argumentativas (missão/imperialismo, conflito/acordo, dominação/resistência) que dominaram a temática, principalmente até a década de 1980, não exploraram a complexidade das relações de poder envolvidas no processo. Rivas (2002) demonstra que, como resultado dos questionamentos às limitações interpretativas, a historiografia das relações EUA/América Latina apontou, mais recentemente, para a apropriação do conceito de cultura em seus estudos, embora ainda focados em noções de desenvolvimento econômico e a emergência de uma cultura de consumo no século XX. Ainda na década de 1990, “floresceram os chamados estudos pós-coloniais, cuja tônica é associar estratégias discursivas, relações de poder e práticas materiais, de modo a compreender as complexas interações entre os diferentes atores governamentais e não governamentais envolvidos no empreendimento ou ‘encontro’ pós-colonial” (Azevedo, 2007, p.21).¹ No entanto, o estudo de Rivas sobre a Venezuela e o de Cobbs sobre o Brasil não tiveram maiores diálogos desde então, sendo que a bibliografia tradicional é mais citada, também, em função de que ambos os estudos não foram traduzidos para a língua portuguesa.

Nelson Rockefeller e a AIA podem ser considerados instrumentos privilegiados para interpretar não apenas questões clássicas que envolvem tais ‘encontros’ – como as relações de dominação, imperialismo, resistência e missão – mas, também, como apontam os estudos de Darlene Rivas (2002) sobre Nelson Rockefeller na Venezuela, a importância dos próprios latino-americanos e dos atores vinculados ao setor privado no desenvolvimento das relações entre EUA e América Latina. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir criticamente as diferentes abordagens relativas à atuação de Nelson Rockefeller e da AIA no Brasil. O argumento central é demonstrar que as ações individuais de Rockefeller ou da agência em questão estavam sempre em relação direta com as elites locais, conformando-se em diferentes contextos. Até então, os estudos, mesmo aqueles que pretendem escapar desse dualismo, priorizam as ‘intenções’ institucionais e os projetos muito mais do que seus resultados. De maneira sutil (ou não), esse ‘encontro’ entre intelectuais, empresários e agentes governamentais norte-americanos com elites políticas, empresários e produtores rurais no Brasil proporcionou muito

mais um remodelamento durante a operacionalização dos projetos de cooperação técnica do que simples aceitação das propostas originais. Portanto, procuraremos apontar interpretações que procuram romper com as visões consagradas sobre o assunto, mais especificamente as abordagens liberal e materialista.

Fundada sob a égide de um grupo de norte-americanos mais bem representados na figura de Nelson Rockefeller, a AIA foi uma agência filantrópica conhecida no Brasil principalmente por introduzir de forma sistemática os programas de extensão rural de acordo com o modelo norte-americano. Talvez diante desse fato e das consequências que o processo de modernização da agricultura trouxe para o Brasil e a América Latina, assim como o aprofundamento das relações políticas, econômicas e culturais entre Brasil e EUA durante a ditadura militar (1964-1985), muitas polêmicas envolveram o nome de Nelson Rockefeller no país, ora interpretado como um 'brilhante' homem de negócios, como um 'missionário', ora como um dos símbolos máximos do imperialismo yanque.

Nelson Aldrich Rockefeller foi assim batizado em homenagem ao seu avô materno, o senador republicano Nelson Aldrich. Homem de negócios, político, filantropo, colecionador de artes, entre outras atividades que marcaram a carreira do terceiro filho de John D. Rockefeller Jr. e Abby Aldrich Rockefeller, Nelson pertenceu a uma família que acumulou, ainda no século XIX, uma grande fortuna, inicialmente, com a exploração de recursos naturais: o petróleo, com a Standard Oil Company e sua subsidiária na Venezuela – a Creole Petroleum Co. –, de cujo quadro de diretores Nelson fez parte (1935-1940). Ainda no final do século XIX e durante o início do XX, a família Rockefeller iniciou também a participação em atividades filantrópicas. A AIA estaria ligada, de acordo com o próprio Nelson, a essa tradição (Fosdick, 1952).

Entrando na vida pública durante os primeiros tempos do New Deal, no final da década de 1930, o republicano Nelson Rockefeller deparou-se com o programa de recuperação da economia norte-americana iniciado pelos democratas numa perspectiva “compatível com o isolacionismo”, como lembra o historiador M.J. Heale (2004, p.131), uma vez, que para os New Dealers, a solução para os problemas da economia seria caseira. Se, nos primeiros anos do New Deal, “a cooperação internacional não era vista como a resposta aos problemas”, com a entrada dos americanos na Segunda Guerra Mundial, em 1941, o internacionalismo se fortaleceria cada vez mais (Fosdick, 1952, p.134). Ao contrário dos ‘isolacionistas’, grupo que durante o New Deal defendia a manutenção de relações tradicionais com a América Latina, os ‘internacionalistas’ propunham outra orientação para a política ao sul do rio Grande, uma vez que as possibilidades de comércio aumentariam significativamente. Dessa forma, o historiador brasileiro André Luiz Vieira de Campos (2006, p.48-49) aponta que Nelson Rockefeller pode ser considerado “um bom exemplo dos interesses internacionalizados da economia norte-americana”, pois “mantinha investimentos pessoais na América Latina, especialmente na Venezuela, onde seus negócios com petróleo eram significativos”.

Aproveitando o contexto favorável de relações políticas e econômicas criado com governos e empresários brasileiros enquanto esteve à frente do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA) durante a primeira metade da década de 1940, Nelson Rockefeller criou condições de continuidade para alguns dos programas desenvolvidos durante a Segunda Guerra Mundial.² Dessa vez, não mais em forma de acordo entre os governos norte-americano

e brasileiro como nos tempos da guerra, mas por iniciativa de uma agência privada de cunho filantrópico, a AIA. Com sua equipe dos tempos do OCIAA – Wallace K. Harrison, Kenneth J. Kadow, Francis A. Jamieson e John E. Lockwood – Nelson Rockefeller esteve à frente da agência que desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas pró-saneamento e alfabetização.

Enaltecida ou criticada por engenheiros-agrônomo e ambientalistas como a agência que difundiu o modelo norte-americano de extensão rural para a América Latina, trazendo ‘desenvolvimento’ e/ou ‘devastação ambiental’, a AIA também teve importância crucial na implantação e adaptação tanto de programas de crédito e assistência técnica quanto de extensão rural na América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Em perspectiva internacional, também se pode afirmar que a concepção e os projetos desenvolvidos pela AIA auxiliaram a definição de uma agenda de cooperação técnica que teria influenciado diretamente a organização do programa de governo do presidente Harry Truman, nela incorporando o programa de assistência técnica e financeira para auxílio aos países considerados subdesenvolvidos, conhecido como ‘Ponto Quatro’.³

Criada em 1946 como agência que objetivava inicialmente a captação de recursos e o posterior investimento em atividades filantrópicas, a legislação norte-americana forçaria a AIA a dar origem a outras duas agências: o International Basic Economy Co. (Ibec, em 1947), para levar adiante a intenção de ampliação de negócios na América Latina, e o Ibec Research Institute (mais tarde IRI Research Institute), voltado para a pesquisa científica em agricultura. A principal área territorial de atuação da AIA foi a América Latina, especialmente Brasil e Venezuela, países em que Nelson Rockefeller tivera experiências anteriores como representante do governo norte-americano (através do OCIAA no Brasil, como citado) ou negócios (Creole Petroleum Co., na Venezuela). Além disso, com algumas iniciativas mais isoladas, atuou também em outros países da América Latina, principalmente na década de 1960, bem como na China e na Índia. No Brasil, a atuação da AIA em programas de assistência técnica em agricultura ocorreu entre 1946 e 1961, sendo que, entre 1961 e 1968, essa agência passou a enfatizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa no cerrado e à criação de uma agência de desenvolvimento e colonização, acompanhando o contexto da expansão territorial para o Brasil central e a construção de Brasília.

Missão e/ou capitalismo: abordagens sobre a atuação da AIA e de Nelson Rockefeller no Brasil

“Quem você pensa que sou? Um Rockefeller?”

(Nelson Rockefeller, durante a Conferência de Chapultepec em 1945)

A frase proferida durante a Conferência de Chapultepec⁴, México, faria parte do anedotário norte-americano como demonstração dos poderes e recursos financeiros representados pela família Rockefeller (Os olhos..., 18 jun. 1969). A surpresa, porém, advinha do fato de um membro dos Rockefeller pronunciá-la como forma de recusar os demasiados pedidos que lhe eram feitos na ocasião – talvez como uma forma de suavizar, de relativizar as representações

sobre sua autoridade e o poder econômico/político de sua família nos EUA. Também, a viagem chefiada por Nelson ao Brasil, em 1969, a convite do então presidente Richard Nixon, seria um dos exemplos da repercussão que a figura desse Rockefeller em especial ganharia na América Latina e no Brasil. Em outras palavras, Nelson Rockefeller não foi apenas 'objeto' de interpretação exclusivo de estudiosos das ciências humanas e sociais, mas sua atuação política, no que tange principalmente à visibilidade que ele ganhou no Brasil ao longo das décadas de 1950 e 1960, contribuiu para a construção de uma representação de um dos principais agentes do imperialismo/capitalismo norte-americano.

'Rocky', como era chamado nos EUA, ou 'Roquefella' ou 'Roquifela', os termos aporuguesados – não sem alguma ironia –, fez parte não apenas do repertório de estudos acadêmicos sobre política e relações internacionais, mas de um amplo imaginário social, exemplificado pela música (Tom Zé, na enigmática canção "A babá", de 1972), pela teledramaturgia (a novela *Beto Rockefeller*, exibida pela Tupi entre 1968 e 1969) ou pela exposição de Nelson em capas de revistas de grande circulação. Em uma síntese disso, "nos anos de 'chumbo' brasileiros", escreveu Carlos Haag (2009, p.89), "o diabo tinha nome e sobrenome, embora nem todos soubessem direito como escrevê-lo: Nelson Aldrich Rockefeller".

Com a frase "O Rockefeller acusou Branca de Neve", Tom Zé iniciava a referida canção de 1972 no LP posteriormente intitulado *Se o caso é chorar*. O tom imperativo, a demonstração de poder do milionário norte-americano ao acusar a singela personagem das histórias infantis remete a uma determinada representação crítica da crescente influência política e econômica dos EUA sobre o Brasil e a América Latina. A imagem engendrada dentro de correntes nacionalistas, da qual o próprio Tom Zé fizera parte, crescia desde o pós-guerra em função principalmente das denúncias envolvendo os interesses da Standard Oil nas concessões de petróleo na parte sul do continente. Nessa perspectiva, Nelson Rockefeller era visto como um dos principais representantes da dominação econômica, política e cultural dos EUA sobre o Brasil, fato que teria gerado resistências por parte de diversos setores, como exemplifica o exemplar da revista *Veja* de 18 de junho de 1969: "E, pelo ano de 1958, depois de aprovar uma ideia de seu amigo Berent Friele sobre as possibilidades de instalar uma fábrica de latas no Brasil, ele fez com que seu primo Richard Aldrich comprasse uma pequena indústria que viria a receber investimentos da American Can Company, da qual ele detém grande parte das ações." No entanto, "a vinda da American Can para o Brasil gerou uma crise de nacionalismo e o negócio não se realizou" (Os olhos..., 18 jun. 1969, p.25).

Não apenas setores nacionalistas brasileiros, mas autores norte-americanos tiveram uma visão crítica sobre a família Rockefeller, como veremos adiante. Mas, por outro lado, os primeiros escritos sobre as atividades de Nelson com a AIA estiveram mais amparados em uma imagem de admiração, quando não de propaganda. Seguindo uma abordagem que ressalta a ligação dos Rockefeller com a fé batista, as ações filantrópicas praticadas pela família foram entendidas por alguns de seus estudiosos (ou divulgadores) no sentido missionário, altruísta. Nesse aspecto, que se aproxima do que Rivas (2002) chama de abordagem liberal, a AIA seria entendida como uma continuidade da tradição dos Rockefeller em ações dessa natureza – tradição mais bem evidenciada para a América Latina na atuação da Fundação Rockefeller (FR). Mesmo não tendo relações diretas, estatutárias, com esta fundação, a

AIA foi interpretada por vezes de maneira semelhante à atuação da FR, aspecto que será ressaltado a seguir.

“Ide e fazei discípulos em todas as nações”: um Rockefeller missionário

Podemos encontrar em duas passagens da Bíblia, de certa forma, elementos que podem servir para comparar as abordagens predominantes em estudos historiográficos, ensaísticos, propagandistas ou jornalísticos sobre a atuação de Nelson Rockefeller no Brasil, principalmente em relação à AIA. A primeira delas, “ide e fazei discípulos em todas as nações” (Mateus 28:16-20) pode ter sido interpretada por leitores da Bíblia como um impulso missionário, um incentivo às missões. Essa é a afirmação dos pesquisadores Justo L. González e Carlos Cardoza Orlandi (2008, p.19), que continuam: “há poucos textos bíblicos tão conhecidos e citados quanto esse, frequentemente denominado de a ‘Grande Comissão’”, que “ao longo dos séculos” inspirou “milhões de crentes a levar o Evangelho aos lugares mais remotos da Terra”.⁵ Sob um ponto de vista crítico, o historiador brasileiro Antonio Pedro Tota (2000, p.44) afirma que os Rockefeller, com educação baseada nos preceitos da Igreja batista, “adotaram uma política filantrópica, visando mudar a imagem de suas empresas, conhecidas pela violência no trato com os trabalhadores”. Dessa forma, a interpretação de Tota sugere ainda que “as ações filantrópicas da família ficavam a cargo da Fundação Rockefeller, dirigida por Raymond Fosdick, dedicado funcionário evangelista que sabia gerenciar os recursos provenientes das companhias de petróleo e estradas de ferro, entre outras empresas” (p.44).

Importante sublinhar também que, na literatura sobre a família Rockefeller, Raymond Fosdick, com seu *The story of the Rockefeller Foundation*, publicado originalmente em 1952 e reeditado desde então, embora direcionado a uma narrativa sobre a FR, forneceu as principais bases argumentativas para uma interpretação missionária das atividades de Nelson Rockefeller e seus associados. Em perspectiva semelhante, o jornal brasileiro *Correio da Noite* publicou, em 1946, de acordo com o biógrafo Cary Reich (1996, p.406), matéria realçando os possíveis ideais missionários de Nelson Rockefeller: esse “jovem milionário” desenvolveria atividades fundamentadas em ideais religiosos, abrindo mão de possíveis atividades “mundanas” direcionadas a uma “aventurosa vida”, para, por outro lado, “alimentar gerações inteiras”.⁶

Outros dois trabalhos citam diretamente a experiência da AIA e utilizam argumento semelhante. O primeiro, de Joe Alex Morris, intitulado *Nelson Rockefeller, a biography*, publicado em 1960 – portanto, durante a Guerra Fria –, ressalta que as atividades iniciadas por Nelson Rockefeller se tornaram uma espécie de guia para os latino-americanos encontrarem progresso social e econômico. Dessa forma, a contribuição de Nelson Rockefeller estaria no esforço de manutenção da democracia aliada ao desenvolvimento econômico no sul do continente.

No segundo e mais difundido livro, *The AIA story*, escrito pela jornalista da própria agência, Martha Dalrymple, e publicado originalmente em 1968, Nelson Rockefeller também recebe contornos missionários por seu trabalho junto aos povos latino-americanos. A autora ressalta a iniciativa individual, deixando pairar uma tônica missionária no interesse de Rockefeller em introduzir sistemas de crédito e assistência rural em função de suas preocupações sociais. Eis a narrativa principal nesse sentido: “Durante sua estada no Rio, Rockefeller foi profundamente sensibilizado pelas ‘favelas’, horríveis bairros de barracões que se agrupam precariamente nos morros que rodeiam a incrivelmente linda baía do Rio de Janeiro”. Mas “apesar de as pessoas

que vivem nestas favelas terem uma vista maravilhosa e um clima salúbrico, elas vivem numa inundação repetida em poucos lugares do mundo. A maioria está sem água corrente, sem eletricidade e sem esperança.” Em seguida, de acordo com Dalrymple (citado em Fonseca, 1985, p.66),

Disseram a Rockefeller que uma percentagem considerável dos ocupantes dessas favelas eram migrantes dos estados de Minas Gerais e do Nordeste. Minas Gerais, o estado mais rico em recursos minerais (a causa do seu nome), foi bastante imprudente com suas florestas e recursos do solo. Originalmente 80% das pessoas do estado fizeram sua vida através da agricultura. Mas como o crescimento da população excede ao desenvolvimento agrícola, os camponeses mudaram-se para o Rio, onde sua pobreza ditou-lhes a vida nas favelas.

Por fim, a narrativa alcança o ponto máximo do que poderíamos interpretar como missão: “os olhos de Rockefeller cintilaram. Minas Gerais era algo de se guardar na mente. Poderia ele ajudar a trazer de volta alguma prosperidade agrícola àquele estado?” (citado em Fonseca, 1985, p.66). O resultado imediato seria o acordo com o governo do estado de Minas Gerais para a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar/MG)⁷, que iniciou suas atividades em 1949, e cujo modelo foi difundido posteriormente para todos os estados brasileiros.

O livro de Dalrymple – uma espécie de história oficial da AIA – se tornou fundamental por estabelecer o roteiro seguido por outros autores que, mesmo em uma argumentação crítica, optaram, na maioria das vezes, pela indução interpretativa dessa autora mais do que pela pesquisa documental. Para escrever o livro em questão, Dalrymple contou com a colaboração de funcionários da agência, como Henry W. Bagley (5 Oct. 1967), que relatou suas memórias sobre determinados atores e fatos em um memorando endereçado à autora. Embora Dalrymple não costume demonstrar no livro citado a fonte das informações primárias, a narrativa factual é coerente, e ressalta o ponto de vista da instituição e de determinadas personagens, geralmente americanos, descrevendo, na maior parte das vezes, as realizações que deram ‘certo’. Outros projetos importantes e que marcaram a experiência da AIA foram ocultados, ou seu ‘insucesso’ deve-se, nessa interpretação, aos brasileiros, que não souberam aproveitar tal oportunidade. Em resumo, Dalrymple escreveu o sumário de interpretações posteriores, sejam elas críticas ou não.

De fato, Nelson Rockefeller tentou, por vezes, inscrever suas ações com a AIA na tradição filantrópica da família. Em 1946, escreveu confidencialmente a seu pai expondo os objetivos da AIA e, nesse sentido, indicou a John D. Rockefeller Jr. que o tipo de cooperação proposta pela agência procuraria trazer contribuições para evitar miséria, doenças e analfabetismo e marcaria a continuidade da tradição filantrópica da família (Rockefeller, 27 Apr. 1946). Por outro lado, o sentido filantrópico não oferece explicação suficiente, tendo em vista que o mesmo Nelson, ao tentar captar recursos para a nascente fundação, conversaria com diretores da Creole Petroleum e da Coca-Cola Company, passando longe dos preceitos altruístas: as possibilidades de expansão do mercado seria a tônica do diálogo. Com as instâncias governamentais, ‘levar a democracia’ para a América Latina marcaria, de acordo com Nelson, a principal atividade da AIA.

Expondo inicialmente as interpretações relativas ao ‘impulso missionário’ de Rockefeller, passaremos a debater a segunda abordagem em questão, a visão crítica relativa à atuação de Rockefeller e da AIA no Brasil.

“Os lavradores araram sobre as minhas costas”: um Rockefeller imperialista

Se, por um lado, o aspecto missionário foi ressaltado por alguns, outra perspectiva de análise centrou-se na abordagem das atividades de Rockefeller e da AIA enquanto filantrópicas, não por impulso missionário, mas por uma questão ideológica. Retomando a discussão sobre os nacionalistas, estes argumentavam que, por detrás das atividades filantrópicas, existiriam interesses comerciais e políticos bem definidos. Ou novamente citando uma passagem da Bíblia, mais especificamente o salmo 129, versículo 3: “Os lavradores araram sobre as minhas costas; compridos fizeram os seus sulcos”. Assim, a ênfase do debate está sobre o estabelecimento de mecanismos de dominação e expansão do capitalismo por meio de agências como a AIA e sua relação com o Ibec. Os EUA, como principal representante dessa ordem política, social, econômica e cultural, continuaria o processo de exploração das “veias abertas da América Latina”, de acordo com as palavras do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1978), iniciado com o processo de colonização europeia. Nessa perspectiva, podemos citar autores brasileiros como Moniz Bandeira (1978) e Maria Lousa da Fonseca (1985), e norte-americanos como Colby e Dennett (1998) e Collier e Horowitz (1976). Mas, primeiramente, é importante lembrar que a própria imprensa não foi unânime na defesa de Rockefeller. Exemplo disso é o jornal brasileiro *O Semanário*, citado por Joe Morris (1960, p.24), que caracterizou Rockefeller durante a década de 1950 como o grande inimigo brasileiro. Embora não cite diretamente as ações da AIA, Luiz Alberto Vianna de Moniz Bandeira pode servir como um importante indicativo dessa maneira de abordagem. Em livro escrito durante a década de 1970, ele discute os dois séculos de relações entre Brasil e EUA. Para o autor, o período posterior à Segunda Guerra Mundial e a crescente perspectiva de enfrentamento entre EUA e União Soviética guiariam as ações da política externa norte-americana em relação ao Brasil. “A perspectiva de guerra [fria], para a qual os Estados Unidos se preparavam, aprofundou a crise e aumentou as pressões sobre o Brasil”, escreveu Moniz Bandeira (1978, p.318) em relação às concessões de exploração do petróleo. “Segundo algumas fontes, [Getúlio] Vargas tentou encaminhar o problema, inicialmente, formando um consórcio, com a participação da Standard Oil, da Shell e do Estado brasileiro. A Shell, ao que se informa, aceitou a ideia, mas a Standard Oil e o Chase Bank não concordaram, apesar da opinião favorável de Nelson Rockefeller” (p.318-319). A posição conciliatória de Vargas não teria convencido os norte-americanos que, de acordo com Moniz Bandeira, “queriam dobrar o Brasil, violentando o preço do café” (p.319).

E dispunham dos instrumentos para agir. A Great Atlantic & Pacific Tea Company, do grupo Rockefeller, controlava a American Coffee Corporation, que comprava a maior parte do café brasileiro, industrializava e distribuía ao consumidor nos Estados Unidos. A Standard Oil pretendia esgotar todos os recursos, para obter a concessão, nos seus termos. Admitiria um acordo na base de 50% (óleo extraído e refinarias), mas exigia o controle técnico e administrativo da exploração (Bandeira, 1978, p.319).

O tom coercitivo das atividades da Standard Oil, do Chase Bank⁸ e de outras instituições operacionalizadas pela família Rockefeller, sugerido por Moniz Bandeira, também pode ser observado em outros autores que se referem diretamente à AIA. Embora Colby e Dennett (1998) abordem a forte influência religiosa na formação dos Rockefeller, a atuação de Nelson

com a AIA ganha tom esquemático/teleológico no argumento dos autores, pois as atividades do norte-americano estariam a serviço do lucro e da dominação. Aproximando Nelson Rockefeller do imaginário expresso pelo ‘destino manifesto’ do século XIX e da necessidade constante de abertura de novas fronteiras em função do esgotamento do oeste para explorar recursos naturais e expandir sua noção de civilização, os autores reduzem a complexidade das organizações a esquemas predefinidos, não observando muitas vezes as contradições do processo. Exemplo disso pode ser observado na passagem sobre os vínculos existentes, na visão dos autores, entre AIA e Ibec:

Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da Ibec, uma empresa de ração para aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a Ibec os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a Ibec vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a Ibec montou uma empresa de fumigação (Colby, Dennett, 1998, p.250).

Em outras palavras, não seriam filantrópicas as reais intenções da AIA, mas a porta de entrada para a realização de grandes negócios na América Latina. Um mascaramento da realidade que escondia os reais interesses de lucro das organizações que giravam em torno de Nelson Rockefeller, ou, aproximando daquilo que Rivas (2002, p.4) definiu criticamente como o estereótipo de “um *robber baron* escondido por trás de uma máscara de liberal republicano”.⁹ Na pesquisa documental realizada, a questão me pareceu mais complexa: observei dificuldades de concessão de crédito, e a realização de estudos não condizentes com o perfil de mutuários, interferência do poder local nas decisões das agências e mesmo falta de verba para o desenvolvimento de projetos colocariam em dúvida uma relação tão esquemática entre filantropia e lucro. Pelo menos, colocaria em dúvida um sucesso tão pleno da montagem de um círculo vicioso, em que uma atitude conduzida pela AIA estava necessariamente ligada a uma consequência de lucro por parte do Ibec¹⁰, como apontam Colby e Dennett (1998).

A relação entre religião/missão e a AIA é, por vezes, deixada pelos autores em segundo plano, uma vez que essa agência estaria possibilitando a difusão do capitalismo no meio rural e, com isso, a abertura de novos mercados para as empresas da família Rockefeller. Argumento semelhante é utilizado por Maria Lousa da Fonseca (1985), em seu *Extensão rural no Brasil*, um projeto educativo para o capital, um dos livros mais populares em língua portuguesa que aborda os projetos de Nelson Rockefeller, em especial a criação da Acar/MG. A autora guia sua análise pela perspectiva de entendimento da extensão rural “como algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses imediatos e não como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas populares (p.66). E avança na postura de considerar, possivelmente à luz de Gramsci, o consentimento das elites locais na implementação desses programas que serviriam como abertura ao capitalismo no meio rural brasileiro. Mas, ao pensar que esses projetos poderiam não ser imprescindíveis à população rural, o argumento da autora não expõe quais os possíveis verdadeiros propósitos da educação para as camadas populares e se existia naquele momento alguma experiência significativa em Minas Gerais com essa perspectiva. Em outras palavras, pensar em educação popular à maneira ‘progressista’ do início da década de 1960 seria, portanto, anacronismo.

Collier e Horowitz (citados em Oliveira, 1999, p.119) afirmaram que a dominação também se expressou pela apropriação de iniciativas dos próprios brasileiros. Os autores escrevem sobre a relação AIA/Ibec: “a pesquisa conduzida pela AIA sobre mercado da indústria de milho híbrido no Brasil, na qual se descobriu que uma empresa brasileira, Agrocerees Limitada, estava quase pronta para começar a produção industrial do único híbrido produzido no país”. Dessa forma,

Passada a informação à Ibec, esta propôs aos donos brasileiros da Agrocerees a constituição de uma nova companhia entre eles. A nova empresa – Sasa – enquanto crescia, exigia mais e mais capital. As medidas originais do acordo, pela qual os sócios brasileiros poderiam comprar até 51% das ações depois de 10 anos, foram declaradas inviáveis, e os brasileiros tiveram que aceitar uma percentagem muito menor que a originalmente proposta. Ao longo dos anos, a Sasa se tornou uma das seis maiores companhias de semente de milho híbrido do mundo (citado em Oliveira, 1999, p.119).

Deixando entender que o poder do capital teria ‘engolido’ a iniciativa dos ‘brasileiros’ ao diminuir sua participação na empresa, ocultam-se os benefícios que os mesmos tiveram e as relações continuadas entre a AIA e os empreendedores originais da Agrocerees. O engenheiro-agrônomo José Paulo Ribeiro (2000, p.58) afirmou que o criador da Agrocerees, o também engenheiro-agrônomo Antônio Secundino de São José, “transitava bem na AIA e no Ibec e, provavelmente, contribuiu para que a primeira viesse a ser instalada em Minas Gerais, uma vez que sua unidade de produção de milho híbrido, na época, localizava-se na cidade de Ubá, na zona da Mata daquele Estado”.¹¹ Também na passagem de Collier e Horowitz ocultou-se o fato de que, juntamente com Secundino e os brasileiros Gladstone Drummond e Adylio Vitarelli, os norte-americanos John Ware e o primeiro diretor da AIA no Brasil, Dee William Jackson, estiveram envolvidos na fundação da Agrocerees em 19 de setembro de 1945, antes mesmo da fundação da AIA.

O escritor Lourival Pacheco (2006, p.73), ao escrever sobre a trajetória da Universidade de Viçosa, narrou de forma diferenciada o processo protagonizado por Antônio Secundino e a Agrocerees:

Apesar do sucesso e do milho híbrido, o capital disponível era pequeno demais para que pudessem expandir a produção. Tinham que encontrar recursos, ou o sonho morreria antes de nascer completamente. Foi nesse momento que uma subsidiária da Fundação Internacional de Economia Básica – Ibec, empresa financiadora de projetos de desenvolvimento e conglomerado de administração, organizada pelo milionário americano Nelson Rockefeller, assinou contrato com Secundino para a produção de sementes híbridas.

Em 1947, Antônio Secundino tornou-se diretor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (Esav), retornando para a direção da Agrocerees apenas em 1951. Embora Lourival Pacheco escreva uma versão bastante otimista e pouco crítica acerca desse processo, sua abordagem demonstrou outra possibilidade, ressaltando o papel dos brasileiros:

No mesmo ano de 1951, a Agrocerees e a Ibec fundiram-se, gerando a Sementes Agrocerees S/A, em que a sócia americana detinha a participação majoritária, mas a orientação e as operações continuavam inteiramente nas mãos de Secundino e de sua equipe. Esse acordo manteve a Agrocerees no mesmo rumo anterior, mas com o capital necessário para expandir. Unidades foram construídas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás (Pacheco, 2006, p.73-74).

Com isso, tem-se duas visões distintas sobre o mesmo processo: a primeira, em que os autores abordam de forma crítica a expansão da Agrocere, e a segunda, que narra de forma otimista o mesmo episódio. Dessa forma, a empresa de milho híbrido serve a Collier e Horowitz como reforço do argumento imperialista, o que não acontece na otimista narrativa de Lourival Pacheco. De certa forma, as duas opiniões não dialogam: procuram excluir a diferença para reforçar determinados argumentos, reduzindo o processo entre imperialismo e, no caso de Pacheco, otimismo.

Em sua tese de doutorado, defendida em Stanford em 1988, a historiadora Elisabeth Cobbs aprofundou o debate sobre a atuação de Nelson Rockefeller após 1945 no Brasil. Com pesquisa em fontes documentais e domínio da produção bibliográfica sobre o tema até então disponíveis, Cobbs procurou argumentar que a política externa norte-americana não foi realizada apenas pela relação oficial existente entre governos e diplomatas, mas, também, pela iniciativa privada, incluindo aqui as agências filantrópicas. Dessa forma, a atuação da AIA/Ibec e outras agências teria sua importância na constituição da agenda internacional entre Brasil e EUA após a Segunda Guerra Mundial, fosse pela assistência técnica, fosse pelo auxílio financeiro. Mesmo mais de uma década após sua publicação em livro, com modificações e a inclusão de um novo capítulo, a pesquisa de Cobbs mereceu elogios por parte de Rivas (2002), que considerou seu livro sobre a Venezuela uma forma de complementar os estudos de Cobbs.

O interesse de pesquisa da autora está centrado na constituição das políticas de relações exteriores dos EUA, o que faz com que sua leitura das fontes primárias e bibliografia esteja, na maioria das vezes, privilegiando apenas a voz das agências, ressaltando suas intenções originais (filantropia ou abertura de mercados) ou a opinião norte-americana sobre determinados temas. As contradições do processo envolvendo brasileiros e norte-americanos, as outras vozes relacionadas à apropriação ou resistência aos programas não são observadas pela autora.¹² Por exemplo, quando reconhece que programas como a Acar – agência que surgiu do acordo entre AIA e governo do estado de Minas Gerais – precisassem adequar-se às condições locais, Cobbs (1988) deixa transparecer que o processo de ‘abrasileiramento’ dessa agência foi uma estratégia conduzida pelos norte-americanos, e não uma necessidade frente a possíveis resistências nacionalistas.

O ponto fundamental do avanço que a obra de Cobbs trouxe foi demonstrar a complexidade do processo de constituição das relações exteriores dos EUA e, dentro desse processo, a atuação de agências privadas com fins lucrativos ou filantrópicos (AIA e Ibec). Mas, por outro lado, a historiografia das relações entre os EUA e a América Latina passou por uma renovação na década de 1990, evidenciando que as interações entre os diferentes grupos são constitutivas do processo. Na perspectiva de Fernando Coronil (1998, p.IX), por exemplo, essas relações devem ser entendidas como uma complexa interação entre atores sociais diferentes, iluminando em novas maneiras seus modos de cooperação, sujeição e resistência sob diferentes condições históricas. Às vezes tensas, tais relações expressam, nas palavras de Gilbert M. Joseph (1998, p.5) “negociação”, “empréstimo” (ou apropriação) e “troca”, não apenas sujeição.

Nesse sentido, se a AIA foi constituída como agência filantrópica ou com objetivos imperialistas, o assunto não se esgota aqui. Nem mesmo se analisarmos a biografia de Nelson

Rockefeller teremos respostas suficientes, uma vez que importantes sujeitos como Kenneth Kadow e Walter Crawford direcionaram a agência nos diferentes momentos de sua existência. Mas esses direcionamentos foram feitos em relação às condições políticas, econômicas, sociais e culturais que se colocavam naquele contexto. E é sobre as possibilidades de interpretação que passaremos a falar agora.

Em busca de novas abordagens

A historiadora brasileira Cecília Azevedo (2007), em seu estudo sobre a atuação dos Corpos de Paz norte-americanos no Brasil, expõe que a renovação dos estudos sobre a relação entre EUA e América Latina em uma perspectiva 'pós-colonial' não relativiza as estruturas de poder a ponto de negar as relações assimétricas entre os envolvidos: “embora se procure identificar resistências e rearranjos imprevistos nas hierarquias de poder, não há qualquer intenção em esvaziar o caráter intervencionista, a intenção de dominação e a perspectiva civilizatória embutidas nas ações imperiais dos EUA por parte dos autores que optaram por essa abordagem” (p.21). Mudar o foco do debate para cultura, gênero, etnia, análise linguística, assim como questionar conceitos estáticos de modernidade, desenvolvimento, estado, nação e natureza – de acordo com sugestão de Gilbert M. Joseph (1998) –, e demonstrar o papel dos atores locais na constituição dessas relações de poder não significam deixar de lado as assimetrias de poder construídas ao longo do tempo. Assim como para Rivas (2002, p.6-7), a retomada do conceito de missão de forma crítica auxiliou a formulação de uma definição para sua interpretação de Nelson Rockefeller e de suas atividades na Venezuela: missionário capitalista. Dessa forma, para a autora, os escritores liberais observaram por um longo período que os impulsos humanitários e morais, mesmo refletindo autointeresses e etnocentrismo, tiveram papel importante na orientação das ações norte-americanas.

A mesma autora indica que, na Venezuela, Rockefeller cercou-se de pessoas com ponto de vista semelhante, que, com seus conhecimentos acadêmico, empresarial e proveniente de atividades governamentais, puderam implementar as atividades desejadas (Rivas, 2002, p.3-4). Na experiência brasileira, é importante demonstrar a importância de Kenneth Kadow, John B. Griffing, Walter Crawford, Santiago Apodaca, entre outros, na fundamentação das ações da AIA, principalmente quando Rockefeller dela se afastou nos anos 1950, período de sua eleição para o governo do estado de Nova York.

Carry Reich, biógrafo de Nelson Rockefeller, sugeriu, tendo como fundamento os relatos de seus associados na AIA, uma interpretação inspiradora, uma vez que não exclui ou opõe necessariamente filantropia e lucro, capitalismo e assistência, missão e dominação. Nessa visão, para Nelson Rockefeller, caridade e negócios não possuíam fronteiras bem delimitadas, diria um dos associados e também fundador da AIA, John E. Lockwood (Reich, 1996, p.407). Tanto que as atividades da AIA e o Ibec nasceram, como foi observado, sob a mesma instituição. Ou, como cita Reich, a AIA era a agência “dominical”, em que o milionário poderia seguir a tradição filantrópica da família Rockefeller e realizar atividades de caridade, enquanto o Ibec seria a companhia “semanal” (*weekday*), direcionada para a realização de negócios e consequente obtenção de lucros (p.408).

Embora a sugestão de Lockwood não seja suficientemente explorada de forma crítica por Reich, o autor tanto aponta a influência dos ideais missionários quanto demonstra que nem todas as atitudes de Nelson eram exatamente 'altruístas. De certa forma, a renovação dos estudos sobre imperialismo trouxe diferentes olhares que podem ampliar o campo de discussão sobre a atuação de Nelson Rockefeller e da AIA no Brasil e na América Latina. E novamente os estudos sobre a Fundação Rockefeller podem ser indicados como influência para outra possibilidade de interpretação. *Missionaries of science*, livro organizado pelo pesquisador peruano Marcos Cueto em 1994, indica em seus diferentes artigos, de forma geral, que a preocupação com a difusão dos conhecimentos científicos não era simplesmente uma forma de dominação.

Esclarecedor dessa perspectiva é um capítulo de livro escrito posteriormente pelo pesquisador Steven Palmer (1998) e publicado na segunda metade da década de 1990. Ao estudar o trabalho da Fundação Rockefeller na Costa Rica das primeiras décadas do século XX, Palmer argumenta que a bibliografia sobre essa agência 'forçosamente' discute o fato de que a mesma está marcada pela abordagem imperialista. Por outro lado, continua o autor, novas questões são colocadas principalmente quando são abordadas as práticas políticas e as formas cotidianas nos países que hospedam esses programas. Nesse sentido, uma vez que a missão de combate à ancilostomose foi estabelecida na Costa Rica, dificilmente poderia ser reduzida a uma unidade ideológica ou institucional da fundação (p.312). Em pesquisa recente, o estudioso coloca que as intenções iniciais da Fundação Rockefeller em promoção dos saberes biomédicos enfrentou resistências culturais fortes por parte de uma população em função do pluralismo étnico-cultural presente no Caribe britânico. Assim, o autor afirma que: "No final, em vez de alcançar a conversão das massas à verdade científica e à compreensão puramente biomédica de higiene, esse aparato inicial de saúde pública fez profundas concessões às diferenças culturais e às práticas médicas da população-alvo de indianos e, em última instância, legitimou e promoveu o pluralismo médico" (Palmer, 2006, p.573). Dessa forma, para o autor, as iniciativas em saúde pública internacional não devem ser interpretadas como um simples reflexo de imposição imperialista:

E isso nos leva ao cerne de uma importante verdade sobre a saúde pública internacional: seu desejo de uniformidade e processamento biopolítico não se coaduna facilmente com a necessidade de consentimento ativo pelo sujeito da ação. Assim, para entender seu impacto histórico precisamos combinar nossa análise do institucional, em que ideologias e métodos podem de fato parecer muito uniformes, com um estudo cuidadoso das manifestações locais em que a norma é a verificação de resultados enormemente variados e fundamentalmente distintos (Palmer, 2006, p.573-574).

Em discussão mais pautada na atuação de Nelson Rockefeller, o livro sobre a atuação da AIA na Venezuela, de Darlene Rivas (2002) fornece uma perspectiva mais ampla, personificando Nelson Rockefeller como "missionário capitalista", termo que, na mesma direção de Reich (1996), não opõe os "interesses" capitalistas e as "causas" missionárias. Ao mesmo tempo, procura mostrar um Nelson Rockefeller com habilidade para a negociação política com governos latino-americanos para implantação de uma sociedade 'mais justa', ou seja, mais próxima dos ideais defendidos pelos EUA. Para a autora, o interesse de Nelson Rockefeller pela América Latina teve seu auge entre 1939 e 1953, justamente o período abordado em seu livro.

Assim como o trabalho de Elisabeth Cobbs, Darlene Rivas avança na pesquisa e na interpretação fundamentada em extensa documentação, não opondo apenas o ‘imperial’ Rockefeller às demais possibilidades de interpretação. Mais recentemente, Antônio Pedro Tota (citado em Haag, 2009, p.90) realizou um esforço interpretativo nesse sentido: “Nelson foi imperialista, foi o filantropo em busca da remissão dos pecados de sua família e de sua classe social, e, acima de tudo, se considerava o instrumento de transformação e modernização na construção de nações modernas na América Latina, o que via como sua ‘missão’ tendo como paradigma o padrão americano de vida. Ele era tudo isso junto”. Um ator de diferentes características ao longo de sua atuação e, mesmo que com um grande esforço de ‘americanizar’ o Brasil e a América Latina, suas intenções, projetos e ações não podem ser considerados simples imposição. Tota (2000, p.193) completa que o processo de americanização nos anos 1940 aconteceu sob determinadas condições: “um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação”.

Considerações finais

Retomar o argumento de Steven Palmer sobre a atuação da Fundação Rockefeller na Costa Rica permite pensar que, mesmo em um contexto diferente, as ações da AIA também transcenderam as fronteiras iniciais da tentativa de estabelecimento de um império informal por parte dos EUA. Dessa forma, se, na América Central, as elites costa-riquenhas tiveram nas práticas da fundação um modelo que poderia permitir os avanços da medicina social, a AIA poderia ter introduzido modelos de modernização da agricultura que seriam modificados no Brasil, tendo em vista as experiências que foram realizadas ao longo de décadas. Também os modelos introduzidos pela AIA foram nacionalizados durante a década de 1960, e cada vez mais distanciados dos possíveis ideais filantrópicos. Em resumo, o pretense sentido inicial de filantropia vai sendo modificado de acordo com as experiências de negociação e/ou conflito entre os diferentes grupos envolvidos no processo.

Sobre a AIA, no lugar de entender essa agência como uma simples continuidade da atuação de Nelson Rockefeller na Venezuela com a Creole Petroleum e no Brasil com o Office, sugere-se que a interpretação persiga outras questões não exploradas pelos autores, como, por exemplo, determinados aspectos internos da economia norte-americana por volta de 1945 que se assemelhavam às teses defendidas pelo proponente da AIA. Querendo evitar um novo 1929, cada vez mais surgia a necessidade de abrir novos mercados ou novas ‘fronteiras’ comerciais, aproximando-se do termo utilizado por Nelson Rockefeller. Ao mesmo tempo, a saída de uma postura política isolacionista colocava a ‘necessidade’ de moldar o mundo à imagem e semelhança dos EUA, evidenciado na ascensão da teoria da modernização, que embora tenha em Walt Whitman Rostow sua maior expressão, pode ser encontrada nos ideais da AIA. Dessa forma, no lugar de uma tentativa de interpretação da AIA, em linhas gerais, pela personalidade de Nelson Rockefeller, importa observar a influência de outros sujeitos no desenvolvimento das atividades dessa agência no Brasil. À maneira de Palmer, a AIA pode ser interpretada seja pela entrada de novos agentes (brasileiros e norte-americanos), seja pela complexificação dos

programas e pela mudança dos contextos econômicos e políticos, quando um novo projeto foi sendo desenhado, reelaborando ou excluindo as práticas iniciais. Em resumo, se Nelson Rockefeller ‘inventou’ a América Latina após 1945, seus projetos não saíram ilesos diante da relação estabelecida com atores e contextos locais.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Robert Wegner pela orientação da tese da qual derivou este artigo. À Capes pela concessão de bolsa de estágio de doutorado na University of Guelph, Canadá. Ao Rockefeller Archive Center (RAC) pela disponibilização de fontes primárias para a pesquisa, assim como às importantes sugestões dos professores Stuart McCook (UGuelph) e Gilberto Hochman (COC/Fiocruz) para o desenvolvimento da argumentação.

NOTAS

¹ Para a autora, o uso do termo ‘encontro’, nesse contexto, “tem por objetivo realçar o caráter mútuo das influências e o interesse pela subjetividade dos atores, explorando os cruzamentos culturais, a transformação contínua das identidades individuais e coletivas e a desestabilização de narrativas oficiais dele resultantes” (Azevedo, 2007, p.20-21).

² O historiador Antônio Pedro Tota (2000) escreve que o Birô Interamericano, como era conhecido, coordenado pelo próprio Nelson Rockefeller, pretendia servir como maneira de obter apoio nos tempos da Segunda Guerra Mundial, em nome dos EUA, das sociedades latino-americanas através de acordos de cooperação realizados nos primeiros anos da década de 1940. Criado em 16 de agosto de 1940 e localizado no Rio de Janeiro, o OCIAA mantinha viva, de acordo com Antônio Pedro Tota, a ideia da *Good Neighbor Policy* desde a década de 1930, como forma de organizar as relações políticas e comerciais com os países latino-americanos. Inicialmente chamado de Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas, o escritório mudou seu nome posteriormente para Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), refletindo, segundo o historiador, o “aumento da autoridade de Nelson” (p.50). Para Gerson Moura (1980, p.140-141), os principais objetivos do Office seriam “persuadir as nações latino-americanas a seguir a liderança dos EUA em oposição ao Eixo, integrar a economia americana com a dos EUA em um mesmo sistema, impedir revoluções nas Américas, lutar contra os agentes do Eixo e aumentar o comércio dos EUA”. Para isso, diversas ações foram desenvolvidas na imprensa, no cinema, em intercâmbio cultural e programas sanitários, entre outros campos.

³ Sobre a possível influência dos ideais de Nelson Rockefeller e da AIA na formulação do Ponto Quatro, ver Clifford, Holbrooke (1991) e Reich (1996).

⁴ Esse encontro teve como objetivo a realização de um acordo de defesa das Américas, considerando que um possível ataque a qualquer país da região seria considerado uma agressão a todos os aliados americanos.

⁵ A passagem de Mateus 28:16-20 é: “Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a observar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos.”

⁶ No original em inglês: “a young, educated millionaire like Nelson A. Rockefeller could lead an adventurous and idle life. But he prefers to fund companies, distribute wealth, and feed whole generations”.

⁷ É importante salientar que existe uma incoerência em relacionar a criação da Acar à narrativa de Rockefeller sobre as favelas cariocas. Ao menos, esse impulso, esses “olhos brilhantes”, teria um caráter propagandístico e reduziria a operacionalização da Acar à vontade de um único homem, não levando em conta o contexto político de Minas Gerais. Essa forma explicativa não considera os esforços locais em relação à assistência técnica.

⁸ Vale lembrar que o Chase Bank era dirigido nessa época por David Rockefeller, irmão mais novo de Nelson.

⁹ No original em inglês: “stereotypical and cartoonish robber baron hiding behind a mask of liberal Republicanism”.

¹⁰ A esse respeito, ver Silva (2009).

¹¹ Continua Ribeiro: “Formado em Viçosa, colega de turma do engenheiro-agrônomo Paulo Pena de Salvo, que veio a ser o primeiro presidente da junta administrativa da Acar”, Secundino também foi diretor da Esav (ver Ribeiro, 2000, p.58).

¹² Diversos programas foram rejeitados pelo *staff* brasileiro por diversas razões, o que não é evidenciado pela autora. Ver Silva (2009, cap.3 e 4).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Cecília.
Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil. São Paulo: Alameda. 2007.
- BAGLEY, Henry.
From Henry Bagley to Miss Martha Dalrymple. Recollections of AIA in Brazil. Collection: AIA; Record Group: IV IIIB; Box: 02; Folder: 19. (Rockefeller Archive Center, Tarrytown, NY). 5 Oct. 1967.
- BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz.
Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- BÍBLIA...
Bíblia sagrada. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com introdução e notas. 8. ed. Brasília: CNBB. s.d.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de.
Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.
- CLIFFORD, Clark; HOLBROOKE, Richard.
Counsel to the president: a memoir. New York: Random House. 1991.
- COBBS, Elizabeth.
The rich neighbor policy: Rockefeller and Kaiser in Brazil. New Haven: Yale. 1992.
- COBBS, Elizabeth.
Good work as a profit: private development and United States–Brazil relation (1945-1960). Tese (Doutorado) – Stanford University, Stanford. 1988.
- COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte.
Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record. 1998.
- COLLIER, Peter; HOROWITZ, David.
The Rockefellers: an American dynasty. New York: Holt, Rinehart & Winston. 1976.
- CORONIL, Fernando.
Foreword. In: Joseph, Gilbert M.; Legrand, Catherine C.; Salvatore, Ricardo (Ed.). *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S.-Latin America relations*. Durham: Duke University Press. p.IX. 1998.
- CUETO, Marcos (Ed.).
Missionaries of science: the Rockefeller Foundation and Latin America. Bloomington: Indiana University Press. 1994.
- DALRYMPLE, Martha.
The AIA story: two decades of international cooperation. New York: AIA. 1968.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da.
A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola. 1985.
- FOSDICK, Raymond Blaine.
The story of the Rockefeller Foundation. With a new introduction by Steven C. Wheatley. Nova York: Harper & Row. 1952.
- GALEANO, Eduardo.
As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- GONZÁLEZ, Justo L.; ORLANDI, Carlos Cardoza.
História do movimento missionário. São Paulo: Hagnos. 2008.
- HAAG, Carlos.
O capitalista missionário: a aventura brasileira de Nelson Rockefeller. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.157, p.89-93. 2009.
- HEALE, Michael J.
Twentieth-century America: politics and power in the United States, 1900-2000. London: Arnold. 2004.
- JOSEPH, Gilbert M.
Close encounters: toward a new cultural history of U.S.–Latin American relations. In: Joseph, Gilbert M.; Legrand, Catherine C.; Salvatore, Ricardo (Ed.). *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S.-Latin America relations*. Durham: Duke University Press. p.3-46. 1998.
- MORRIS, Joe.
Nelson Rockefeller, a biography. New York: Harper. 1960.
- MOURA, Gerson.
Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.
- OLIVEIRA, Mauro Marcio.
As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.16, n.2, p.97-134. 1999.
- OS OLHOS...
Os olhos de Washington. *Veja*, São Paulo, n.41, p.25. 18 jun. 1969.
- PACHECO, Lourival.
Antônio Secundino de São José. In: Magalhães, Gilson Faria Potsch; Sabioni, Gustavo Soares; Borges, José Marcondes (Ed.). *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: Editora UFV. p.73-76. 2006.
- PALMER, Steven.
“O demônio que se transformou em vermes”: a tradução da saúde pública no Caribe britânico,

1914-1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.571-589. 2006.

PALMER, Steven.

Central American encounters with Rockefeller public health, 1914-1921. In: Joseph, Gilbert M.; Legrand, Catherine C.; Salvatore, Ricardo (Ed.). *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S.-Latin America relations*. Durham: Duke University Press. p.310-332. 1998.

REICH, Cary.

The life of Nelson A. Rockefeller: worlds to conquer, 1908-1958. New York: Doubleday. 1996.

RIBEIRO, José Paulo.

A saga da extensão rural em Minas Gerais. São Paulo: Annablume; Consultoria em Políticas Públicas; Emater-MG, 2000.

RIVAS, Darlene.

Missionary capitalist: Nelson Rockefeller in Venezuela. Chapel Hill: University of North Carolina Press. 2002.

ROCKEFELLER, Nelson A.

From Nelson A. Rockefeller to Mr. John D. Rockefeller, Jr. Subject: Proposed American International Association. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 11; Folder: 104. (Rockefeller Archive Center, Tarrytown, NY). 27 Apr. 1946.

SILVA, Claiton Marcio da.

Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2009.

TOTA, Antonio Pedro.

O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

